

A QUESTÃO DA MORAL NO ROMANCE LIBERTÁRIO *O CRAVO VERMELHO*, DE DOMINGOS RIBEIRO FILHO (1907)¹

Angela Maria Roberti Martins²

Vera Lucia Teixeira Kauss³

Resumo:

Este texto busca colocar em evidência o escritor Domingos Ribeiro Filho e, em especial, as ideias anarquistas sobre o relacionamento amoroso entre homens e mulheres na sociedade brasileira do início do século XX. Partindo da análise das duas personagens femininas do romance *O Cravo Vermelho*, podemos identificar o pensamento revolucionário do escritor para os padrões da época, considerando-se as formas de problematização dos temas apresentados e, sobretudo, as respostas sugeridas, condizentes com uma ética libertária, orientada por formas mais livres de viver.

Palavras chave: História, Literatura, Anarquismo.

THE QUESTION OF MORALS IN THE LIBERTARIAN NOVEL *THE RED CARNATION*, OF DOMINGOS RIBEIRO FILHO (1907)

Abstract:

This text seeks to highlight the writer Domingos Ribeiro Filho and, in particular, the anarchist ideas about the love relationship between men and women in Brazilian society in the early twentieth century. Starting from the analysis of the two female characters in the novel *The Red Carnation*, we can identify the revolutionary thought of the writer to the standards of the time, considering the

¹ O texto é resultado da primeira parte de uma pesquisa sobre Literatura e História desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), da qual participaram, como bolsistas de Iniciação Científica (CNPq), Viviane Antonio da Silva, aluna do Curso de História, e Lucilene Cuel de Oliveira, aluna do Curso de Letras da mesma universidade. Participaram, também, como voluntários os alunos Marcio Rodrigues Barreto e Elisângela Floriano de Almeida, dos Cursos de História e Letras, respectivamente.

² Angela Maria Roberti Martins é Doutora em História Social pela PUC-SP. É docente da UERJ, atuando no curso de História, e da UNIGRANRIO, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes. É Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ), com o projeto "As letras e a luta: literatura e militância libertária na obra de Domingos Ribeiro Filho (Rio de Janeiro, 1900-1934)", ainda em andamento.

³ Vera Lucia Teixeira Kauss é Doutora em Literatura Comparada pela UFRJ. É docente da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), onde atua no Programa de Pós- em Humanidades, Culturas e Artes.

forms of problematization of the themes presented and, above all, the suggested answers, consistent with a libertarian ethic, oriented by more free forms of life.

Keywords: History, Literature, Anarchism.

APRESENTAÇÃO

Esse artigo decorre de um projeto de pesquisa ainda em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da UNIGRANRIO. Nele, iremos nos ater de forma mais flagrante na proposta de uma nova moral explicitada na produção literária do escritor libertário Domingos Ribeiro Filho (1875-1942). Nesse sentido, exploramos o romance *O Cravo Vermelho*, publicado no Rio de Janeiro, em 1907, tomando-o como verdadeiro campo de tensão em que se explicitam novos valores que enunciam uma nova moral social/sexual a orientar um novo arranjo social/sexual entre homens e mulheres.

A escolha desse escritor busca suprir uma lacuna existente nas áreas de História e de Literatura e se baseia no fato de que é possível perscrutar a militância anarquista a partir dos textos de ficção, vistos, a um só tempo, como espaços privilegiados de crítica social e de projeção de um ideal. O propósito central do texto é evidenciar a originalidade de Domingos Ribeiro Filho, um escritor “marginal” e marginalizado que se esforçou por responder aos dramas e desafios do seu tempo à luz das concepções anarquistas, conferindo tratamento original ao adultério feminino, questão polêmica até hoje, o que faz o tema permanecer instigante e a investigação necessária.

Enfrentando, portanto, o desafio de analisar um texto literário que não foi considerado parte do cânone pela crítica fora do tempo do autor, sendo até hoje pouco conhecido no meio acadêmico nacional e mesmo desconhecido do público leitor, o artigo contempla o cruzamento entre história e literatura, enquanto objeto de estudo, interrogando a peça literária “...como um inegável e recorrente testemunho de seu tempo” (PESAVENTO, 2006, p. 23), o qual permite a identificação e reflexão das questões em jogo numa determinada temporalidade, ao expressar formas de pensar e de agir. (PESAVENTO, 2006, p. 22-23).

Logo, interrogar o texto literário é tomá-lo como verdadeiro campo de tensão, no qual se explicitam tanto as condições materiais de vida e os modos de viver quanto as ideias, as sensibilidades, os sonhos, as utopias, enfim, os projetos e as expectativas que o próprio viver comporta e enseja. Ou seja, ao elaborar a trama e seus personagens, alguns dos quais identificados como anarquistas ou simpatizantes das ideias libertárias, Domingos Ribeiro Filho vale-se de uma criação literária que acaba emergindo como possibilidade dotada de credibilidade e significância. Ao retratar sensibilidades e posturas de comportamento por meio do texto ficcional, permite-nos uma forma de aproximação com outra temporalidade histórica, suas polêmicas e conflitos. (PESAVENTO, 2006, p. 22).

O cenário

No início do século XX, o Rio de Janeiro, na época capital da República, ainda vivia as incertezas de um sistema de governo recém-instaurado, marcado pelas divergências de interesses dos grupos dominantes. Ao mesmo tempo, o processo de expansão das relações capitalistas permitia a formação e a ascensão da burguesia, trazendo o aumento quantitativo do proletariado e definindo, na cidade, os contornos da chamada “questão social”, visceralmente ligada à desigualdade social crescente.

O movimento operário, bem como o anarquista, reforçado no país com a presença cada vez mais significativa de imigrantes, encontraram nas péssimas condições de vida e de trabalho a que os trabalhadores estavam submetidos um terreno fértil para se disseminar. Todo um contexto de dificuldades agitava a cidade carioca, embalava o movimento operário em geral e fermentava a militância anarquista em particular.

De modo geral, o anarquismo é o movimento que recusa quaisquer formas de ordenação social coercitivas, autoritárias e centralizadoras, propugnando uma ética libertária, orientada por maneiras mais solidárias, livres e criativas de viver. Por conseguinte, é a corrente de pensamento que defende, entre outros, a ideia de que as sociedades humanas podem e devem organizar-se de outra forma, sem a presença do Estado e sem o estabelecimento de relações

coercitivas e hierarquizadas.⁴ Os anarquistas apresentam uma crítica contundente ao Estado, ao Capital, à Igreja, enfim, às instituições da sociedade burguesa (Justiça, Educação, Família), polarizada, segundo afirmavam, em produtores e parasitas.

Na capital federal, movimento anarquista se fez presente de várias formas, com seus militantes estimulando greves e comícios, publicando jornais, panfletos, boletins e livros, organizando grupos, centros culturais e conferências, implementando atividades socioculturais como festas, festivais artísticos, teatro social, círculo de estudos, produzindo literatura através de romances, poemas e contos, enfim incrementando um conjunto de práticas sociais e culturais com o intuito de melhor difundir suas ideias e ideais.

Assim fazendo, os militantes conseguiram expandir o anarquismo no país, a ponto de o movimento tornar-se, nas duas primeiras décadas do século XX, senão a corrente hegemônica, com certeza, uma das mais fortes no interior do movimento operário. (ADDOR, 2009, p. 13). Muito cedo, portanto, passou a incomodar os poderes estabelecidos, atraindo, por conseguinte, a atenção policial. (MARTINS, 2006. p. 3).

Nessa efervescente época de transição, mudava o sistema político e o regime de trabalho, obras eram realizadas modernizando o perímetro urbano, a circulação de pessoas e ideias aumentava, o ambiente político era renovado, a atmosfera intelectual potencializada e os conflitos, tensões e lutas emergiam, imprimindo um ritmo dinâmico e contraditório a cidade. Nesse cenário, desponta o escritor libertário Domingos Ribeiro Filho, sendo o autor e sua obra considerados como verdadeiros testemunhos históricos dessa época; podendo ser vistos como “acontecimentos” inseridos em um processo histórico determinado. (PEREIRA; CHALHOUB, 1998, p. 9).

Um dos veículos que Domingos Ribeiro Filho encontrou para a propagação dos ideais que acalentava foi a Literatura: seus textos tinham a explícita intenção de levar a seus leitores o conhecimento necessário das ideias que ele e muitos

⁴ Baseado na noção de ausência de governo e fim do Estado, muitos críticos e detratores do anarquismo passaram a utilizar o vocábulo anarquia como sinônimo de desordem e a considerar o anarquista como um destruidor da sociedade.

outros acreditavam ser capazes de modificar a situação vigente de exploração a que estavam submetidos os grupos oprimidos. O texto em questão é um romance do que se convencionou chamar de “literatura social”, ou seja, um texto que não se fechava em si mesmo, que era comprometido com as lutas sociais, que tinha a intenção de agir sobre fatos sociais que incomodavam alguns grupos da sociedade daquela época.

O Autor

Ao que parece, Domingos Ribeiro Filho nasceu e cresceu em um ambiente favorável às trocas intelectuais e aos debates político-sociais. Seu pai, Domingos Antonio Alves Ribeiro, foi durante certo tempo um livre pensador, leitor de Euclides da Cunha e de Graça Aranha, de quem leu e debateu *Os sertões* e *Canaã*, respectivamente, revelando especial interesse pela história do país e os costumes da terra, além de demonstrar preocupação com as misérias do povo.

Foi nesse ambiente que se deu o processo de formação de Domingo Ribeiro Filho. No auge de sua juventude, antes mesmo de ingressar nas fileiras anarquistas, Domingos defendeu o mandato florianista, chegando a pegar em armas por ocasião da Revolta da Armada, em 1893. (BARBOSA, 1952, p. 125). Cedo, engrossou as fileiras dos intelectuais que aderiram ou simpatizaram com as ideias anarquistas nos tempos agitados da *belle époque*.

Ao longo dos seus 67 anos de vida, Domingos foi jornalista, escritor, cronista, contista e funcionário público; um *misto de boêmio e revolucionário*, que viveu na sociedade carioca no início do século XX, figurando entre os primeiros anarquistas do Brasil e formando com alguns outros companheiros de militância *um grupo de intelectuais inconformados e revoltados*. (RODRIGUES, 1995, p. 15-18). Frequentava, além do antigo Café Jeremias, o velho Café Papagaio, que funcionava na Rua Gonçalves Dias e era ponto de encontro daqueles que, como ele e Lima Barreto, formavam a roda conhecida como *Esplendor dos Amanuenses*. Nesses cafés, com sua verve combativa, espírito crítico e muito polêmico, estava sempre a trocar ideias com os companheiros e a promover acaloradas discussões. (BARBOSA, 1952, p. 124).

Sua inserção na imprensa do Rio de Janeiro foi intensa e variada. Em 1903 já despontava como diretor do semanário ilustrado *A Avenida*; em 1907, ao lado de Lima Barreto - de quem era colega na Secretaria da Guerra e amigo pessoal -, Antonio Noronha Santos e Mário Tibúrcio Gomes Carneiro, participou da ação coletiva de lançar a revista *Floreal*, uma publicação bi-mensal de crítica e literatura. Em 1910, aparecia como o colaborador principal do semanário *A Estação Theatral*, voltado para a literatura e o teatro. Escreveu, ainda, diversas crônicas para o jornal *Correio da Manhã* e foi o redator principal da revista *Careta* por aproximadamente 17 anos, colaborando com inúmeras, muitas das quais revelavam *sua formação e convicção libertárias*.

Foi colaborador ativo e constante de diversas publicações anarquistas. Os jornais *A Guerra Social*, *Na Barricada*, *Spártacus* e *A Plebe* e as revistas *A Vida* e *Renascença*, são exemplos de periódicos libertários que publicavam seus textos. Escreveu para o *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, em abril de 1918, o texto *Um Programa Mínimo de Anarquia*. Defendeu a ação transformadora por meios revolucionários, a ação direta e até mesmo o uso das armas.

Para a Literatura Brasileira, o período vivido por Domingos Ribeiro Filho ficou conhecido como Pré-Modernismo que, na realidade, configurava-se como um verdadeiro mosaico de tendências que conviviam em tensão. Os escritores e poetas reconhecidos como pertencentes a esse momento de passagem para o Modernismo, que tem seu início registrado pela Semana de Artes de 1922, possuem como característica comum o fato de marcarem com um olhar crítico espaços do Brasil esquecidos pelos grandes centros, pelos segmentos de poder que formavam a sociedade brasileira de então. Esse olhar crítico pretendia chamar a atenção para os problemas a fim de que se buscasse solução para os flagelos que eram vivenciados por uma grande parte dos brasileiros, mas, com certeza, os mais desvalidos.

Como literato, Domingos publicou alguns romances: *Sê feliz!*, em 1903; *O Cravo Vermelho* no ano de 1907; *Vãs Torturas* em 1911; *Uma paixão de mulher*, em 1913; e uma novela, *Miserere*, no ano de 1919. Assinava seus romances e artigos não só com o próprio nome, completo ou abreviado, como, por exemplo,

D. Ribeiro Filho ou simplesmente DRF. Lançava mão, também, de pseudônimos como Dierre Effe e, curiosamente, Cecília Mariz, um nome feminino, invertendo a tendência da época, na qual, em geral, eram as mulheres que adotavam nomes masculinos. Publicou também, alguns contos, como *Dia de Amor*, em capítulos, entre os anos de 1906 e 1907 e *O espantinho da loucura*, no periódico *A Plebe*, em 1919.

Pelo conjunto de sua obra, em especial, os romances e os contos, Domingos podia ser considerado como *romancista da nova literatura*; uma literatura de conteúdo social, comprometida com as lutas sociais e de ação, porquanto orientada para o combate e a mudança (RESZLER, 1974, p. 7).

É possível pensar o conjunto de sua obra a partir de um sentido social e político; como verdadeiro lugar de embates de ideias, de crítica social e mesmo de denúncia. Foi reconhecido e mesmo valorizado por alguns críticos de sua época, como Joe, pseudônimo de João do Rio, Lima Barreto e Astrojildo Pereira, que, entre outros, teceram comentários elogiosos aos seus romances *O Cravo Vermelho* e *Vãs Torturas*.

Embalado pelo sonho de uma sociedade igualitária, o escritor-militante Domingos Ribeiro Filho deixou marcas no movimento anarquista e na literatura brasileira, mesmo tendo sido ignorado pelos críticos após o advento do modernismo. Inundada de questionamentos acerca dos padrões de moral da época e recheada de propostas de uma nova moral, sua literatura voltou-se para analisar a sociedade em que vivia, criticar a moral vigente, propagar as “novas” ideias e propor novos valores que enunciavam uma outra moral social a redimensionar o arranjo social/sexual entre homens e mulheres. Dessa forma, o autor revelou-se um escritor inconformado, rebelde, destemido, independente, um verdadeiro *artista e doutrinador*, como lhe definiu o camarada Astrojildo Pereira.

Muitos de seus escritos foram tingidos com as cores da ideologia libertária. Tal como outros escritores da época influenciados pelas ideias e práticas libertárias, Ribeiro Filho fez da literatura um poderoso instrumento de divulgação do ideário anarquista. Assim sendo, escreveu pelo menos dois romances em que é possível perceber uma forte crítica à sociedade e suas regras morais, uma

forma de denúncia da opressão em que viviam os homens e, sobretudo, as mulheres e, ao mesmo tempo, a divulgação de novas ideias, fundamentadas na liberdade.

A Trama

O livro *O Cravo Vermelho* apresenta uma crítica contundente contra os costumes que marcavam, por exemplo, as negociações em torno do casamento. Não apenas isso era criticado pelo escritor em seu romance, mas o enfoque que daremos nesse texto se refere exatamente a essa convenção. Pretende-se, assim, captar o sentido e a função da obra, identificando não só o que o autor abordou, mas, sobretudo, como abordou determinados temas e situações em que se inserem as mulheres. Esse processo permite perceber como o autor construiu os personagens femininos, tornando possível a compreensão dos conceitos e comportamentos que procura discutir e as propostas que apresenta para as relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

O universo feminino, aliás, está presente em várias obras de Ribeiro Filho, sejam elas romances, crônicas ou contos, colocando questões relevantes para a época. Da mesma forma que os anarquistas em seu conjunto, Ribeiro Filho, denunciava a condição de subordinação e de exploração da mulher, propondo sua libertação; isso era parte integrante do processo geral de emancipação de toda a humanidade. Combatendo a desigualdade entre homens e mulheres, alguns anarquistas militantes no Brasil desejavam mostrar que o significado da emancipação feminina dizia respeito à libertação da mulher em todas as dimensões da vida social.

O romance em questão possui dois importantes personagens femininos, são eles: Carolina e Laura. Carolina é representada como uma moça de família simples, educada, inteligente, meiga, ponderada, que mora na capital do Rio de Janeiro. Com postura crítica e ideias esclarecidas, Carolina, amiga de Leonel, foi assim descrita por Ribeiro Filho:

Carolina era uma moça que, semelhante nas aparências a todas as mais, tinha um caráter e um espírito totalmente diversos do comum de seu sexo. Boa, sincera, generosa, simples, sem presunção nem vaidade, Carolina amava a vida, adorava a justiça, aspirava a paz, e tinha, com um senso artístico notável, cultura, intuições a ideias adiantadas. Sobretudo, o que a fazia uma criatura distinta e amorável, era a ausência da vaidade (...)

Carolina uma mulher tão superiormente digna (...) Nos seus olhos grandes e claros, onde palidamente brilhava uma melancolia casta e suave (...) Calmos, contemplativos e meigos eram (...) protetores e guadores dos que se perdem e dos que desesperam da salvação. (...) Sua voz era doce, trêmula e penetrante, como só ondas de perfumes podem dar ideia [...]. (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 31-32).

Leonel, o personagem principal do romance, é amigo de sua família. Nas visitas de Leonel a casa de sua mãe, passa horas com ele a discutir temas que se aproximam das ideias libertárias, nutrindo uma paixão secreta pelo amigo, a qual só será realizada no final da trama quando do rompimento do casamento de Leonel e Laura.

Em contrapartida, Laura, prima de Leonel, é representada como uma moça vinda do interior, bela, atraente, saudável, fútil e ambiciosa, que se deslumbra com os encantos da Capital. No decorrer da trama, aproxima-se do primo, que se deixa seduzir por sua beleza e sensualidade. Os dois se casam e os desejos da carne são inicialmente satisfeitos, mas a futilidade e gastos excessivos da jovem senhora, entre outros, provocam crises no casamento. Procurada por um antigo namorado, o tenente Nelson, Laura acaba traindo Leonel que descobre a infidelidade da mulher e termina o casamento, contrariando a lógica da época em que os maridos traídos, em geral, tinham reação violenta e acabavam assassinando a mulher adúltera e seu amante.

A princípio, essas representações do feminino revelam diferentes sensibilidades tanto na percepção crítica da realidade, quanto na projeção do ideal, girando em torno de imagens que expressavam, em última instância, o contraste e a desigualdade entre mulheres de diferentes classes. As imagens do feminino, no romance, apresentam-se permeadas por conflitos e antagonismos, com o autor manifestando diferentes sensibilidades explicitadas nas representações de Carolina e Laura.

A descrição de Carolina mostra uma moça diferenciada para os padrões femininos que, em geral, circulavam na Capital, embora algumas mulheres que militavam no movimento anarquista pudessem se assemelhar à personagem. Ao descrevê-la, o autor traça seu perfil de mulher distinta, superior, meiga, uma pessoa que transmite segurança, tranquilidade e com ideias “à frente de seu tempo”. Em contrapartida, mostra-se uma moça que não tem preocupações com

a vaidade típica ao sexo feminino. Seus atributos estão em sua inteligência e postura, em sua serenidade e educação, “coisas geralmente imperceptíveis ao primeiro exame” (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 37).

Carolina, a moça singela da capital, é meiga e dócil, mas politizada; tem ideias avançadas, mas é passiva e recatada, valoriza uma leitura saudável e uma boa conversa. Na obra, Ribeiro Filho acentua suas virtudes, a paciência e a esperança, uma vez que anseia por Leonel e mantém-se fiel aos seus sentimentos mesmo depois que ele se casa com Laura, enfrentando com dor e sofrimento, mas em silêncio, a saudosa e terrível ausência do amigo.

Carolina vivia com a mãe, D. Olympia, que era viúva, e possuía uma propriedade que alugava. D. Olympia também costurava e dava aulas de piano e Carolina ajudava sua mãe nas despesas de casa passando a limpo documentos para um vizinho advogado. Dessa forma, as duas personagens sobreviviam com o fruto de seu trabalho. A forma como as duas personagens se sustentam é bem típico do único aprendizado que a sociedade lhes permitia no início do século XX, trabalhos manuais e aulas particulares, em sua maioria no espaço doméstico.

Já a personagem Laura, de 23 anos, inicialmente é descrita juntamente com sua irmã Beatriz, da seguinte forma:

As primas eram duas bonitas raparigas, morenas e tagarelas [...] Formosas ambas, de uma robusta compleição, dava gosto serem apreciadas, porque faziam sentir (...) a alegria da fêmea humana sem defeito [...] duas mulheres perturbadoras, pela saúde e pela volúpia [...]. (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 13-14; 17).

Estas duas personagens faziam parte, segundo a narrativa, da adolescência de Leonel, que guardava lembranças sensuais, típicas dos rapazes de sua idade. Desde meninas, eram belas e mexiam com as fantasias do primo. Nesta descrição que faz das primas de Leonel, o autor aproxima-se do movimento estético conhecido como Naturalismo quando as caracteriza como “fêmeas saudáveis e cheias de volúpia”. Uma das principais características desse movimento literário era exatamente analisar a forma instintiva de reação humana frente a vida. É também característica desse momento literário o fato de

um escritor apresentar traços de outros movimentos estéticos e não apenas daquele a que está filiado.

No decorrer do romance, Leonel se rende aos encantos físicos de Laura, casando-se com ela. Todavia, o autor deixa explícito que a felicidade do protagonista com a esposa teria sido plena somente durante três meses de relacionamento conjugal nos quais, a mulher era muito admirada pelo cônjuge por sua beleza: “Laura resplandecia pela volúpia e pela formosura, e Leonel queria-a assim mesmo, dócil a sua vontade e dominado pelo seu amor, dando-lhe o prazer perfeito e o espetáculo ao vivo de uma beleza maravilhosa”. (RIBEIRO FILHO 1907, p. 68).

A vida conjugal começou a entediar Laura, que começa a questionar se sua beleza devia ser ofuscada em uma vida doméstica, “[...] uma vaidade incoercível mudava-lhe as atitudes, a cor da face, o acento das palavras. (...) passou a trajarse rigorosamente na moda e só pedia ao marido mais rendas, mais sedas, mais plumas, mais brilhantes.” (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 71). Para completar a descrição da personagem o autor argumenta: “Laura era o tipo acabado dessa gente leviana, inútil, praticamente das pragmáticas vãs da sociedade!” (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 73).

Laura, como representação da mulher-burguesa, é jovem, linda, sensual, elegante, frívola, porém, oriunda de uma família tradicional, que valoriza a aparência e os adornos e ambiciona usufruir os prazeres que a vida abastada possibilitava a uns poucos privilegiados. No romance, o autor acentua sua sensualidade e a beleza, indicando a fraqueza moral da mulher, pois é possível reconhecer nela as filhas de Eva, com tendência a seduzir e se deixar corromper.

Laura, portanto, é uma personagem movida pela vaidade e fútil, muito preocupada em arrancar olhares de admiração. Ocupava seu tempo com passeios na Rua do Ouvidor, local da moda, onde fazia compras que satisfaziam sua ostentação. Este personagem criado por Ribeiro Filho retrata uma mulher alheia aos problemas sociais que acontecem a sua volta, sendo sua principal preocupação a manutenção de sua beleza. Laura ainda romperia os padrões da época, cometendo o adultério com um antigo namorado.

Neste enredo, o autor apresenta uma crítica contundente ao casamento contratual monogâmico indissolúvel, religioso e civil, legitimado pelo Estado e suas leis e sacramentado pela Igreja e seus representantes eclesiásticos, por ferir, entre outros, o princípio supremo da liberdade. Da mesma forma, expõe novos valores que enunciam uma outra moral social a redimensionar o arranjo social/sexual entre homens e mulheres.

Neste aspecto, as considerações que o autor faz sobre o amor em seu romance, vem ao encontro dos ideais anarquistas do qual era militante, sendo este um sentimento tão puro que, para os libertários, deve ser livre “[...] independente dos artifícios, das convenções e dos preconceitos.” (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 24). O autor questiona as relações amorosas vividas pela sociedade da época e a interferência da família e da Igreja nos sentimentos pessoais. Um relacionamento para ser legitimado, naqueles tempos, precisava da aprovação da família, da legalização do Estado e da bênção do clero.

Ao narrar os anseios de Carolina em viver a experiência de amar, questiona a intervenção da Igreja e o chamado “casamento burguês”:

A sociedade em que vivia, tinha o preconceito religioso do amor maldito (...). No amor, portanto, estava resumida a sua luta decisiva. Para alcançá-lo, tinha que empreender uma campanha admirável de habilidade, de constância, de valor e de submissão [...] Carolina esteve decidida a escolher um partido qualquer que, sob certas condições, lhe desse um nome respeitado e lhe revelasse o segredo de amor que desequilibrava tantos corações. E um viúvo, do Banco Industrial, esteve quase a decidir, se o interesse não falasse mais alto e uma moça do Catete não lhe houvesse acenado com a fortuna do pai, grande proprietário do lugar. (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 33;36).

Nessa passagem do romance, verifica-se a crítica à moral cristã que “amaldiçoou” o amor entre dois corpos com a noção de pecado original. E ainda a rejeição ao casamento sacramentado pela Igreja e a submissão daí decorrente para as mulheres, e a denúncia da pressão vivida por Carolina para alcançar o amor e encontrar um “bom partido” através de um casamento-negócio, que fosse capaz de lhe dar respeitabilidade e segurança. A questão é que, o pretendente de Carolina, escolheu outra moça, cujo pai tinha mais posses.

No início do século XX, eram comuns os casamentos por conveniência das famílias, fosse para manter ou alcançar status na sociedade, fosse por questões

financeiras ou patrimoniais. Deve-se levar em consideração, também, o fato de que mulheres sem marido não eram bem vistas, sendo vítimas de preconceitos. Deste modo, foram muitas as críticas dos libertários a esse tipo de união, consideradas por eles uma forma de prostituição, visto que, união sem amor, apenas por interesses econômicos, não deixava de ser uma forma de comércio, como escreveu Charles Albert:

[...] quando a escravidão econômica não condenar mais ninguém às satisfações exclusivas da carne; quando não houver solicitações nem constrangimentos para as especulações conjugais; quando a ninguém for permitido fazer uso do corpo da mulher como uma vil mercadoria, nem aquela for obrigada a vender-se; só então o amor livre será um fato real [...] a tradição bárbara que organiza a união dos sexos de modo autoritário, com o que principalmente sofre a mulher, foi herdada de uma época em que só a propriedade individual influía na constituição das uniões humanas e da família. (1980, p. 39-40).

É importante ressaltar que, no caso de Carolina, esse tipo de atitude em relação ao casamento não se concretiza no romance. Por mais que ela tentasse, não fazia parte de sua visão de mundo. O personagem nutria outras ideias em relação ao casamento e ao amor, não compartilhando dos padrões morais vigentes naquela sociedade. Ela apenas sonhava em viver o amor em toda a sua plenitude, sem se preocupar com as formalidades que eram exigidas aos jovens da época, um exemplo do amor livre e de uma livre união, tão difundidos pelos anarquistas.

No romance, Leonel se mostra totalmente envolvido pelos encantos de Laura e, ao mesmo tempo, angustiado em relação as suas ideias sobre o casamento e as convenções da sociedade. Porém, o protagonista, para realizar seu desejo, rende-se aos padrões vigentes e pede a mão da prima em casamento. É interessante observar que em momento algum no romance o autor deixa claro como se deu esse casamento, não menciona cerimônia religiosa nem civil, somente registra, na trama, que o casal contrai matrimônio. Nesse sentido, é possível perceber o cuidado do autor em não utilizar a religião nem o Estado como instituições legitimadoras desse casamento, interferindo nas ações dos personagens.

Domingos Ribeiro Filho, apresenta, ainda, uma certa crítica à questão da virgindade, valorizada nos padrões morais da sociedade no início do século XX

e defendida pela família tradicional e pela Igreja. O autor narra as angústias sofridas pela personagem Laura em se guardar por tanto tempo virgem, privando-se dos prazeres carnavais: “Ela, nesse amor ardente e infrene parecia querer recobrar todos os gozos que não gozara desde a puberdade até a hora do enlace primeiro, anos passados de virgindade e pudor, inúteis para o mundo e dolorosos para ela”. (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 67).

A virgindade era ainda um valor religioso amplamente difundido e defendido pela Igreja para manter a cultura sagrada da sexualidade em suspenso. Assim como a virgindade, a submissão feminina também faz parte das discussões anarquistas. Sendo Laura a representação da moça educada nos padrões burgueses, trazia consigo os “preconceitos da educação recebida, considerava-se a posse legítima do marido, e a ele se submetia alegremente feliz, satisfeita” (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 70).

O autor denunciava, assim, o controle sobre a mulher, condenando a submissão feminina e a dominação exercida pelo homem. Repudiava a educação burguesa, a qual as mulheres eram submetidas, tanto pela sociedade como pela Igreja, que pregava em seus sermões que a mulher deveria ser submissa ao homem: primeiro ao pai; depois ao marido. A essa autoridade do homem, sempre se sobrepondo a figura feminina, é que Charles Albert se refere, quando questiona:

[...] De uma maneira geral e para todos os atos da vida social, as mulheres, casadas ou não, são consideradas como menores e privadas dos mais elementares direitos, fatos estes que não indicam realmente a existência da igualdade na companhia do homem. E esta inferioridade da mulher, sancionada por leis humilhantes durará enquanto durar o direito de propriedade que a explica até certo ponto, conforme o casamento burguês. [...]. (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 67-68).

No decorrer da trama, as atitudes de Laura mudam. A personagem não se mostra tão submissa quanto antes e seu marido Leonel lhe concede uma certa liberdade que parece ser incomum para aquela sociedade: “[...] abafando todo o egoísmo, deixou à mulher a liberdade tão cara e tão consoladora aos escravos da sociedade.” (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 72). Deslumbrada com a vida pulsante da Capital, Laura valoriza as conversas fúteis e os bens materiais, fazendo gastos cada vez mais altos. No desenrolar da trama, o casamento de Leonel e

Laura começa a mostrar sinais de desgaste. Em pouco tempo o desejo esmorece, a paixão cede e a incompatibilidade de ideias, valores e comportamentos torna-se flagrante. Ela, cada vez mais fútil, muda ainda mais com a chegada do Tenente Nelson, seu namorado do passado.

Leonel já não conseguia manter os luxos de Laura, que exigia cada vez mais para a manutenção de sua vaidade. Ao perceber o ponto fraco de Laura, Nelson, com a intenção de reconquistar a antiga namorada, oferece-lhe sua fortuna e seu amor. Laura, em um de seus passeios com a irmã, na agitada Rua do Ouvidor, afasta-se propositalmente e vai ao encontro do Tenente a quem se entrega, recebendo pelo momento de amor alguma quantia em dinheiro. Deste modo, acontece o adultério de Laura que, apesar de ser uma moça aburguesada, criada com a educação moral de honrar o lar e o casamento, envolve-se com o antigo namorado que lhe oferece recursos para ostentar seus luxos.

Nesse episódio da trama, configura-se a intenção do autor de tocar na questão da infidelidade feminina, seguida do adultério; ambos praticados no seio de uma família tradicional. Ribeiro Filho serve-se desse enredo para analisar a sociedade brasileira da época, em processo de aburguesamento, que valorizava o casamento negociado, legal e religioso, indissolúvel e monogâmico. Esta posição da chamada “sociedade burguesa” é tratada com ironia pelo autor, pois muitos desses mesmos burgueses, que tanto prezavam o casamento contratual e monogâmico, acabavam sendo infiéis, traindo seus cônjuges, em meio a uma relação baseada na hipocrisia, em que o adultério e a libertinagem estavam presentes, porém na clandestinidade.

Para os anarquistas, as relações libertas das formalidades legais, religiosas e sociais permitia que apenas o amor fosse o laço a unir dois seres, dando ao casal “a faculdade de realizar a vontade da união conjugal e de desfazer ou manter por quanto tempo [quisesse]” não havendo, assim, motivos para que houvesse a traição. (ALBERT, 1980, p. 40). Tratava-se, assim, da moral libertária do amor livre e da livre união e da livre desunião, valorizando a liberdade e o livre arbítrio do ser humano, homem e mulher, bem como a primazia do amor e da atração. Era a liberdade de se entregar sem reservas a quem se escolheu.

Leonel, sendo um personagem anarquista, considera a liberdade o maior bem do ser humano. Quando pressente a traição da mulher, Leonel começa a se questionar:

É como homem, ou como marido que devo intervir nessa questão? Perguntava-se a si próprio como a um outro *eu* que lhe houvesse surgido de repente. Como homem, bastava-lhe investigar o grau de amor que ainda sentia pela mulher; como marido, tinha a considerar a extensão do golpe dado à sua honra social. Estava num caso ansioso de luta entre o amor e a honra, conflito inútil, secular, que renascera original e inédito para ele. Incapaz de confundir uma coisa com a outra, distinguindo-as com a mais rara nitidez, analisava-as sucessiva e simultaneamente, quase feliz de ter ensejo de pôr em prova os seus recursos de espírito, a sua emancipação moral, e ocasião de se definir na vida em cujo tumulto sabia que os preconceitos se entrelaçam às verdades como parasitas implacáveis acabando por devorar o ser que lhes tolerou a permanência. (RIBEIRO FILHO, p. 105).

Neste trecho, em que o personagem principal se questiona como agir diante da esposa adúltera, percebe-se a crítica do autor às doutrinas jurídicas e aos costumes sociais que permitiam "...a tradicional defesa da honra masculina por meio do assassinato da mulher." (CAULFIELD, 2000, p. 83). Na sociedade da época, muito se discutia sobre a "defesa da honra". E, no romance, o autor traz essa questão mostrando o conflito do personagem entre amor e honra. Sendo ele, pois, um homem público, um juiz, era urgente que tomasse uma atitude em defesa da sua honra, "...já que esta era considerada não somente um patrimônio essencial, mas parte da personalidade humana" (CAULFIELD, 2000, p. 84). Pelo menos era isso que a sociedade esperava diante da infidelidade feminina.

Ao analisar a sua própria situação e o conflito no qual se encontrava, Leonel percebe a oportunidade de colocar suas ideias em prática, consolidando sua emancipação moral, alheio à "paixão cega" e à sobrevivência de tradições que colocavam a honra do homem na fidelidade sexual da mulher. Para Ribeiro Filho, portanto, era necessário sinalizar para um novo código de moral, mais apropriado à sociedade libertária, que orientaria a nova relação entre os sexos, mostrando-se contrário aos crimes passionais e aos assassinos de mulheres.

O autor combatia, assim, as regras gerais da sociedade da época, uma vez que “no Brasil a significação implícita da expressão crime passional, no campo das discussões jurídicas [...] ou em sua utilização literária, era a de punição da esposa adúltera” (CORRÊA, 1981, p. 18), em que o homem “lavava” a sua honra com o sangue da esposa infiel e, em alguns casos, também com o de seu amante.

Domingos Ribeiro Filho determina outro fim ao casal sem amor, reservando a eles uma nova chance, a oportunidade de refazer suas vidas, em direção à felicidade e ao amor livre. Nesse diálogo, Leonel finda a sua união com Laura e a liberta do casamento infeliz:

- [...] Vou dizer-te em termos de família as nossas situações. O meu amor por ti morreu de todo; o teu amor por mim provavelmente nunca existiu. Ora, sem amor um pelo outro, nós só temos a nos separar, sem volver os olhos para o que fica atrás. O nosso casamento não tem mais razão de ser; a dupla morte dos amantes ainda vivos é uma viuvez simulada. Estamos separados para sempre. Creio que não posso ser mais claro
- Mas como é isto, Leonel? Tu vais embora, abandonas-me?
- Não! Absolutamente! Viveremos sempre juntos; somos primos irmãos.
- Por que isso?
- Por dois motivos. Em primeiro, eu estou com o sistema nervoso totalmente abalado, esgotado e inútil para ti: sou um impotente. Depois, tu compraste a tua liberdade, a baixo preço: tens uma carta de alforria, adquirida legitimamente pela tua persistência econômica. Estas duas razões são irrecusáveis. És livre; aliás sempre o foste, e si não reclamaste a tua liberdade, é que não tinhas consciência dela. Por minha vez, sou bastante livre, depois de o não ter sido nunca. Ouve bem o que eu te digo e não penses em discutir: seria inútil. (RIBEIRO FIHO, 1907, p. 116-117).

A partir desse momento da trama, Leonel sente-se livre das amarras de um matrimônio ausente de amor. Com esperanças de encontrar o amor nos braços de Carolina, ele a procura encontrando-a convalescendo de uma enfermidade. Laura, atordoada procura o amante para contar-lhe seu infortúnio, este, por sua vez, lhe promete assumir a relação no futuro, quando voltar de viagem.

Deste modo, a mulher de família tradicional, aburguesada, tão vaidosa e tão orgulhosa de si, vê-se diante de dilema: ela que tinha orgulho de sua posição na sociedade, encontra-se dependente do amante para que este lhe “resgate a dignidade”, assumindo-a como sua mulher e afastando dela o título de mulher adúltera separada do marido.

Com o término de seu casamento, Leonel volta-se para Carolina, que ainda guardava amor por ele. A moça, porém, fica com certo receio de assumir seu amor, em uma “relação transgressora”, por Leonel ser, aos olhos da sociedade, um homem legalmente casado.

Mas, como na trama, Carolina aproxima-se das ideias libertárias, a força do amor livre é determinante para que ela despreze os preconceitos sociais e toda a moral tradicional, aceitando o amor de Leonel, com o qual sonhara tanto tempo. A jovem, no entanto, faz questão, apenas, do consentimento de sua mãe.

O problema de Carolina se envolver com um homem legalmente casado é questionado por D. Olympia, sua mãe:

- É muito sério isso! Creio mesmo não ser possível que ele te ame. Um homem casado... isso significa alguma coisa!...

- Nós nos amamos, - atalhou Carolina quase gaguejando, - eu não me engano [...]

- Que fazer então? Leonel é ainda casado, tu solteira! Nem penses nisso, é um absurdo! E tu o compreendes; não é?

- [...] O amor que nos prende é de tal natureza, que não pode ser sacrificado. Acha a senhora que devo passar o resto da vida na mesma desgraça obscura, entre os mesmos suspiros inúteis e com a mesma melancolia acabrunhadora de sempre? Sofrer!... Mas por quê? [...] Repugna-lhe coabitar com o amante de sua filha? É natural. Pois bem, seja ele meu marido: faça a senhora a celebração das nossas núpcias: a senhora é mais competente que um pretor. Quero pertencer a Leonel, viver para ele, realizar com o seu concurso o nosso lar de paz, amor e concórdia. Ele me é socialmente proibido, mas que temos nós, no nosso interior, com a sociedade? Dentro do lar a nossa liberdade é infinita, o mundo termina na soleira das portas. A casa inviolável é uma concessão da sociedade usurpadora. Pois bem; ocultemo-nos no lar onde vivemos até hoje ocultamente felizes. [...]

D. Olympia fez estalar os dedos e capitulou:

- Faze, pois, como quiseres. Por mim só desejo, sonho e espero a tua felicidade. Se discuto, não é por covardia e cegueira, é porque desejo o teu amor feliz e o respeito no mais alto grau. Vai, e dize-me depois: Por que é que existe o amor? (RIBEIRO FILHO, 1907, p. 150 et seq).

Diante dos argumentos de Carolina, D. Olympia acaba cedendo e aceitando o relacionamento da filha com Leonel. Ao fim do romance, com a nova tentativa de Leonel de ser feliz, o autor sugere o amor livre e a livre união, sem Estado, sem Igreja e sem preocupações com a moral burguesa. Traça-se o esboço de uma nova moral, da liberdade por princípio, reforçando que o amor livre não era a imoralidade, a dissolução da família e do lar, o comércio do corpo,

a libertinagem ou a socialização da mulher, mas a escolha voluntária e consciente de dois seres que são únicos, como indivíduos e como amantes, e por isso mesmo vivem uma entrega única e original, enquanto existirem as razões que os aproximam.

É possível creditar ao livro *O Cravo Vermelho* a denominação de um *romance social libertário* (HARDMAN, 1992, p.292), do qual o autor se serve para analisar os valores da sociedade e projetar uma nova moral. Muito provavelmente, Ribeiro Filho lançou mão das próprias angústias acerca da moral cristã vigente, dos padrões de comportamento, das bases da família tradicional, da condição feminina, para criar o enredo do romance. Quando faz uma análise crítica dos valores que direcionavam a vida de homens e mulheres na sociedade brasileira daquele momento histórico, que, na Literatura, corresponde ao Pré-Modernismo, seu texto apresenta uma característica que nos permite nomear os escritores daquele momento como sendo pré-modernistas: a análise crítica de setores da sociedade brasileira de então com a pretensão de modificar aquilo que impedia o Brasil de ser um país melhor para os que aqui viviam. E aí, talvez, já possa se “apresentar como plenamente modernista”, como defende Foot Hardman (1992, p. 291).

No momento em que Leonel descobre a infidelidade de Laura e desfaz o matrimônio, deixando-a livre para viver um novo relacionamento, sem lavar sua honra com o sangue da esposa, pode-se afirmar que o autor procurava trabalhar pela transformação dos perfis de gênero e das relações entre o masculino e o feminino. O mesmo pode se dizer quando Carolina se entrega ao amor de um homem ainda legalmente casado, rompendo, entre outros, com a tradição que limitava e circunscrevia a sexualidade da mulher dentro do casamento legal e religiosamente reconhecido.

No romance, portanto, os personagens e a trama criada falam diretamente de temas como o amor, o ciúme, o casamento, a infidelidade feminina, o adultério e o divórcio, criticando os crimes de paixão e a violência baseada na questão da honra e sugerindo o amor livre e a livre união como caminhos seguros da realização plena do casal. Nesse sentido, contempla as ideias libertárias em cuja preocupação verifica-se a questão da liberdade sexual e afetiva de ambos os

sexos, promovendo reflexões no sentido do redimensionando da moral sexual e do relacionamento afetivo entre homens e mulheres. O autor, portanto, inova quanto ao tratamento original que dá ao tema do adultério feminino, pois a mulher adúltera não foi punida, sendo deixada livre para viver outra relação. Não prevaleceu a lógica da punição, ligada a morte da adúltera, a loucura, ou mesmo sua internação em um convento.

Essas são apenas algumas das possibilidades de reflexão abertas por este trabalho. O que importa não é apenas a imagem que o escritor-militante oferece da mulher; a imagem que fazia delas e quis passar aos seus leitores. É necessário, para além da imagem, captar as mensagens, tendo sempre em mente a articulação entre o texto, o contexto, o autor e o projeto libertário que esposou e que integrava o movimento das ideias na época. Para além, pois, da mensagem objetiva de fácil compreensão, travada com o leitor na perspectiva da crítica e da propaganda em especial, encontra-se a subjetividade das representações, através das quais se pode desvelar uma concepção do mundo social por parte do autor.

E o autor deve ser compreendido a partir de sua subjetividade, da sua insatisfação com a sociedade da época, do seu desejo de transformação social, com o seu tom (im)pertinente, sempre crítico e de denúncia. Assim, seguramente, pode-se perceber a sensibilidade de um homem que parecia sofrer com a opressão e chegou a sonhar com a libertação de homens e de mulheres, enunciando um outro arranjo social/sexual.

Este texto buscou, de alguma forma, contribuir para os estudos sobre o anarquismo, mas, principalmente, procurou dar visibilidade a um autor que ao longo dos anos foi depreciado pela crítica literária e excluído da história da literatura, ficando distante do grande público. Colocado à margem por cultivar o “gênero da literatura social, da anarquia e da propaganda das ideias libertárias”, fazendo por meio de “um romance de combate... larga sementeira de seus princípios libertários”, Ribeiro Filho, em sua obra, divulgava suas ideias de maneira explícita e, com isso, deu originalidade ao romance *O Cravo Vermelho*, transformando-o em um “livro palpitante”, conforme crítica de João do Rio. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17/11/1907, p. 1).

Fontes e Bibliografia

Fontes:

1. Livro

RIBEIRO FILHO, Domingos. *O Cravo Vermelho*. Romance. Rio de Janeiro: Liv. Luso-Brasileira, 1907.

2. Periódico

Gazeta de Notícias. 1907.

Bibliografia:

ADDOR, Carlos Augusto. Anarquismo e movimento operário nas três primeiras décadas da República. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (org.). *História do anarquismo no Brasil*. vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009.

ALBERT, Charles. *O casamento burguês e o amor livre*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1952.

BARRETO, Lima. *Impressões de leitura*. Crítica. São Paulo, Brasiliense, 1956.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

CÂNDIDO, Antonio. et al. (orgs.). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história da literatura*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Paulo César. *Arte engajada ou arte independente: that's the question!*. In: *Libertárias*. Arte e anarquia. São Paulo: Imaginário, n.2.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.

CHALHOUB, Sidney; PEREIRA, Leonardo. *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CORRÊA, Mariza. *Os Crimes da Paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Distribuidora de Livros Escolares, 1975.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: Mary Del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

DECCA, Maria Auxiliadora G. de. *A vida fora das fábricas – cotidiano operário em São Paulo – 1920-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

EDMUNDO, Luiz. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista. 1957. v. 3.

FENERICK, José Adriano. *A literatura anarquista dos anos 1900/20: um estudo da recepção em dois quadros críticos*. In.: *Mneme – Revista Virtual de Humanidades*, n. 10, v. 5, abr./jun.2004. Dossiê História Cultural. pp. 11-32. Disponível em: <http://www.seol.com.br/mneme>

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil – condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado*. São Paulo: Brasiliense/FUNCAMP, 1981.

- HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A classe operária no Brasil: condições de vida e de trabalho, relações com os empresários e o Estado. São Paulo: Brasiliense/FUNCAMP, 1981.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria nem patrão: memória operária, cultura e literatura no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- _____. Antigos modernistas. In.: NOVAES, Adauto. Tempo e história. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- LITVAK, L., *Musa libertaria: arte, literatura y vida cultural del anarquismo español (1880-1913)*. Barcelona: Antoni Bosch Editor, 1981.
- LUCAS, Fabio. A lição libertária de Vulcões. In. PRADO, Antonio Arnoni. (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LUIZETTO, Flávio. O recurso da ficção: um capítulo da história do anarquismo no Brasil. In. PRADO, Antonio Arnoni. (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MANFREDONIA, Gaetano. Arte e anarquismo na França da Belle Époque. In: *Arte e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- MARTINS, Angela Maria Roberti. *Pelas páginas libertárias*. Anarquismo, imagens e representações. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.
- NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In.: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (org.) História e literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.
- PRADO, Antônio Arnoni. (org.). *Libertários e militantes: arte, memória e cultura anarquista*. Campinas: Unicamp, 1985.
- _____. (org.). *Libertários no Brasil: memória, lutas e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RESZLER, André. *La estética anarquista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- RODRIGUES, Edgar. *Os Companheiros*. Rio de Janeiro, VRJ, 1995. v. 2.
- SANTOS, André Luiz. *Caminhos de alguns ficcionistas brasileiros após as 'Impressões de leitura' de Lima Barreto*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: NOVAIS, Fernando A. (coord.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 4.
- TOLEDO, Edilene. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In.: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *A formação das tradições (1889-1945)*. As esquerdas no Brasil. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.